



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, administração da obra e demais insumos necessários à sua integral execução, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integrarão o procedimento licitatório.

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a futura contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul, equipamento público integrante da rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e responsável pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios destinados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A demanda decorre da necessidade de ampliação e qualificação da infraestrutura pública destinada à execução da política municipal de assistência social, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades técnicas, administrativas e operacionais vinculadas ao atendimento da população usuária dos serviços socioassistenciais.

O CRAS constitui a principal porta de entrada da assistência social no território municipal, desempenhando papel estratégico na prevenção de situações de risco social, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na promoção do acesso a direitos e na articulação das diversas políticas públicas voltadas à proteção e inclusão social. Sua atuação abrange o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, ações coletivas de convivência e fortalecimento de vínculos, encaminhamentos à rede de proteção e demais atividades previstas na legislação e nas normativas que regem o Sistema Único de Assistência Social.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A adequada execução dessas atribuições exige estrutura física compatível com as necessidades operacionais do serviço público prestado, contemplando ambientes apropriados para atendimentos individualizados, atividades coletivas, reuniões técnicas, acolhimento dos usuários, espaços administrativos, áreas de apoio e demais dependências necessárias ao funcionamento regular da unidade.

A demanda também decorre da necessidade de disponibilização de espaço físico adequado à organização dos atendimentos, à preservação do sigilo das informações dos usuários, à realização de atividades coletivas e ao desenvolvimento das ações de acompanhamento familiar em ambiente funcional, acessível e compatível com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, pela Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS e demais normativas aplicáveis.

Para atendimento dessa necessidade foi elaborado projeto arquitetônico específico destinado à implantação do Centro de Referência de Assistência Social, contemplando ambientes voltados à recepção e acolhimento dos usuários, salas de atendimento técnico, espaços para atividades coletivas, sanitários acessíveis, áreas administrativas e demais dependências necessárias ao adequado funcionamento do equipamento público, observadas as exigências de acessibilidade, funcionalidade, segurança e utilização racional dos espaços.

A implantação de sede própria permitirá ao Município ampliar sua capacidade de atendimento, aprimorar as condições de acolhimento da população usuária, qualificar a prestação dos serviços socioassistenciais, proporcionar melhores condições de trabalho às equipes técnicas e consolidar estrutura física adequada para desenvolvimento das ações permanentes da assistência social.

Além dos benefícios operacionais decorrentes da nova infraestrutura, a contratação contribuirá para a valorização do patrimônio público municipal, mediante incorporação de bem público destinado ao atendimento de interesse coletivo, garantindo melhores condições para execução continuada da política pública de assistência social e reduzindo limitações estruturais eventualmente existentes.

Diante desse contexto, verifica-se que a contratação pretendida não constitui mera ampliação patrimonial ou melhoria física da estrutura administrativa municipal, mas medida necessária para assegurar condições adequadas de execução de política pública essencial, diretamente relacionada à proteção social da população, à promoção da cidadania e à efetivação dos direitos socioassistenciais assegurados pela legislação vigente.

2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A contratação pretendida encontra-se alinhada aos objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e pelas demais normas que disciplinam a organização e a execução da assistência social em âmbito nacional.

A implantação de estrutura física adequada para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS contribui diretamente para a consolidação da Proteção Social Básica no Município, ampliando a capacidade operacional da Administração para execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais destinados à população em situação de vulnerabilidade social.

A contratação guarda compatibilidade com as ações permanentes de desenvolvimento social promovidas pelo Município, especialmente aquelas voltadas à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população, à ampliação da capacidade de atendimento da rede socioassistencial e ao aprimoramento das condições estruturais necessárias ao desenvolvimento das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Sob a perspectiva do planejamento administrativo, a construção da nova unidade representa investimento permanente em infraestrutura pública, destinado a proporcionar condições adequadas para atendimento das demandas atuais e futuras da assistência social municipal, assegurando maior eficiência operacional, melhor organização dos serviços e utilização racional dos recursos públicos.

A solução também se mostra compatível com as ações voltadas à modernização e qualificação da infraestrutura municipal, contribuindo para o fortalecimento da capacidade institucional da Administração Pública e para a disponibilização de espaços adequados ao atendimento da população usuária dos serviços socioassistenciais.

Além disso, a contratação permitirá a incorporação de novo bem público ao patrimônio municipal, gerando benefícios permanentes para a coletividade e proporcionando maior autonomia administrativa na execução das ações vinculadas à política pública de assistência social.

Dessa forma, verifica-se plena compatibilidade entre a contratação pretendida e os objetivos estratégicos da Administração Municipal, evidenciando-se sua relevância para ampliação da capacidade de atendimento da rede socioassistencial, qualificação dos serviços prestados à população e fortalecimento das políticas públicas de proteção social desenvolvidas pelo Município de São Vicente do Sul.



Diante desse cenário, conclui-se que a contratação proposta constitui medida coerente com o planejamento institucional da Administração Municipal e necessária para assegurar condições adequadas à execução de política pública essencial, voltada à promoção da cidadania, inclusão social e proteção das famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais municipais.

3. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

Em observância aos princípios do planejamento, eficiência e motivação administrativa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à análise das alternativas potencialmente aptas a atender a necessidade identificada pela Administração Municipal, consistente na disponibilização de estrutura física adequada para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul.

A avaliação considerou aspectos relacionados à viabilidade técnica, operacional, econômica e administrativa de cada alternativa, bem como sua capacidade de atender de forma adequada e duradoura às necessidades da política pública de assistência social desenvolvida pelo Município.

A análise buscou identificar a solução que melhor atendesse ao interesse público, observando critérios de funcionalidade, acessibilidade, eficiência operacional, sustentabilidade do investimento e adequada aplicação dos recursos públicos.

3.1 Manutenção da Estrutura Atualmente Utilizada

A primeira alternativa considerada consiste na manutenção da estrutura atualmente utilizada para desenvolvimento das atividades vinculadas à assistência social, sem realização de investimentos destinados à implantação de nova unidade.

Embora essa alternativa represente menor impacto financeiro imediato, apresenta limitações significativas sob a perspectiva da ampliação e qualificação dos serviços prestados à população.

A permanência da estrutura existente restringe a possibilidade de reorganização dos espaços físicos destinados aos atendimentos, limita a ampliação da capacidade operacional da unidade e reduz as possibilidades de adequação integral dos ambientes às necessidades específicas dos serviços socioassistenciais.

Além disso, a manutenção da situação atual não proporciona ganhos estruturais permanentes para a Administração Municipal nem contribui de forma significativa para a modernização da infraestrutura destinada à execução da política pública de assistência social.



Diante dessas circunstâncias, conclui-se que a simples manutenção da estrutura atualmente utilizada não se apresenta como a alternativa mais adequada para atendimento integral das necessidades identificadas pela Administração.

3.2 Locação de Imóvel para Funcionamento do CRAS

Também foi analisada a possibilidade de locação de imóvel destinado ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social.

A alternativa possui como aspecto favorável a possibilidade de disponibilização relativamente rápida de espaço físico para desenvolvimento das atividades da unidade. Contudo, apresenta limitações relevantes quando analisada sob a ótica da economicidade de longo prazo e da gestão patrimonial da Administração Pública.

A locação implica assunção de despesa continuada sem correspondente incorporação patrimonial ao Município, além de sujeitar a Administração às condições do mercado imobiliário, à disponibilidade de imóveis compatíveis com as necessidades institucionais e às eventuais restrições estruturais existentes nas edificações disponíveis.

Adicionalmente, imóveis originalmente concebidos para outras finalidades podem demandar adaptações destinadas ao atendimento das exigências de acessibilidade, organização dos ambientes, fluxos de atendimento e demais necessidades específicas dos serviços socioassistenciais, gerando custos adicionais sem a correspondente valorização do patrimônio público municipal.

Considerando o caráter permanente das atividades desenvolvidas pelo CRAS e a necessidade de manutenção contínua dos serviços ofertados à população, conclui-se que a locação, embora viável em determinadas circunstâncias, não se apresenta como a solução mais adequada para atendimento integral da necessidade identificada.

3.3 Reforma ou Adaptação de Imóvel Existente

Foi igualmente considerada a possibilidade de utilização de imóvel já pertencente ao patrimônio municipal mediante reforma, ampliação ou adaptação para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social.

A viabilidade dessa alternativa dependeria da existência de imóvel com localização adequada, condições estruturais compatíveis e potencial de adaptação capaz de atender às exigências operacionais, técnicas e funcionais inerentes à execução dos serviços socioassistenciais.



Entretanto, eventual utilização de imóvel existente demandaria análise individualizada das condições físicas, estruturais, funcionais e locacionais da edificação disponível, não havendo elementos que permitam concluir, nesta etapa do planejamento, pela superioridade dessa solução em relação à implantação de unidade projetada especificamente para a finalidade pretendida.

Além disso, reformas e adaptações normalmente permanecem condicionadas às limitações impostas pela estrutura original da edificação, podendo comprometer a organização dos ambientes, a circulação interna, a acessibilidade plena, o aproveitamento racional dos espaços e a funcionalidade necessária ao adequado desenvolvimento das atividades do CRAS.

Dependendo da magnitude das intervenções necessárias, os investimentos exigidos para adaptação podem aproximar-se daqueles necessários à construção de nova unidade, sem proporcionar os mesmos benefícios relacionados à adequação integral da edificação às necessidades da política pública de assistência social.

Por essas razões, conclui-se que a reforma ou adaptação de imóvel existente não se apresenta, no presente momento, como a alternativa mais eficiente para atendimento da demanda identificada.

3.4 Construção de Nova Unidade Destinada ao CRAS

A construção de unidade própria destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais adequada para atendimento das necessidades identificadas pela Administração Municipal.

A solução permite que a edificação seja concebida especificamente para a finalidade a que se destina, observando integralmente os requisitos de acessibilidade, segurança, funcionalidade, conforto ambiental e organização dos fluxos de atendimento necessários ao adequado funcionamento dos serviços socioassistenciais.

A implantação da nova estrutura possibilita a adequada distribuição dos ambientes destinados ao acolhimento dos usuários, realização de atendimentos individualizados, desenvolvimento de atividades coletivas, reuniões técnicas, execução das atividades administrativas e atuação das equipes multiprofissionais vinculadas à assistência social, proporcionando melhores condições para prestação dos serviços públicos.

A solução encontra respaldo nos estudos e projetos técnicos já elaborados pela Administração Municipal, os quais foram concebidos especificamente para atender às necessidades



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

operacionais do Centro de Referência de Assistência Social e às exigências técnicas aplicáveis à implantação do equipamento público.

A concepção arquitetônica adotada permite o atendimento dos requisitos de acessibilidade previstos na legislação vigente, favorecendo o acesso universal dos usuários e assegurando condições adequadas de utilização do espaço por pessoas com deficiência, idosos e indivíduos com mobilidade reduzida.

Sob a perspectiva patrimonial, a construção representa investimento permanente em infraestrutura pública, incorporando novo bem ao patrimônio municipal e gerando benefícios duradouros para a coletividade.

A solução também apresenta potencial de utilização por longo prazo, reduzindo a dependência de alternativas transitórias e proporcionando maior estabilidade para execução continuada das ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica.

Além disso, proporciona maior autonomia administrativa, previsibilidade dos custos de manutenção futura e adequação integral da estrutura física às necessidades presentes e futuras da política pública de assistência social.

Diante dos elementos analisados, verifica-se que a construção de nova unidade destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social constitui a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, revelando-se a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada.

3.5 Conclusão da Análise das Alternativas

Após a avaliação das alternativas potencialmente aptas a atender a necessidade identificada, conclui-se que a construção de nova unidade destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS apresenta a melhor relação entre viabilidade técnica, eficiência operacional, adequação funcional, sustentabilidade do investimento e benefício institucional para a Administração Pública Municipal.

A solução selecionada permite o atendimento integral das necessidades identificadas, proporciona infraestrutura compatível com as exigências dos serviços socioassistenciais, favorece a ampliação da capacidade de atendimento da população, assegura observância dos requisitos de acessibilidade e funcionalidade e contribui para a valorização do patrimônio público municipal.



A escolha da solução decorre da análise comparativa das alternativas disponíveis, consideradas as necessidades administrativas identificadas, os benefícios esperados, a adequação técnica da solução e a busca pela utilização eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a construção da nova unidade constitui a alternativa mais adequada para atendimento do interesse público e para fortalecimento da política municipal de assistência social, justificando o prosseguimento da contratação nos termos propostos neste Estudo Técnico Preliminar.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Conforme análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada consiste na contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul.

A solução compreende a execução integral da obra, mediante fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à sua completa implementação, observando os projetos técnicos elaborados pela Administração Municipal, os memoriais descritivos, as planilhas orçamentárias, o cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo de contratação.

A edificação foi concebida especificamente para atender às necessidades operacionais dos serviços desenvolvidos no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contemplando ambientes destinados ao acolhimento e atendimento dos usuários, realização de atendimentos técnicos individualizados, desenvolvimento de atividades coletivas, execução das rotinas administrativas e apoio às equipes responsáveis pela prestação dos serviços socioassistenciais.

O projeto arquitetônico elaborado prevê estrutura compatível com as finalidades institucionais do equipamento público, contemplando recepção, salas de atendimento, espaços para atividades coletivas, áreas administrativas, instalações sanitárias acessíveis, áreas de apoio e demais ambientes necessários ao adequado funcionamento da unidade.

A solução também contempla a observância dos requisitos legais e técnicos relacionados à acessibilidade, segurança, funcionalidade, conforto ambiental, circulação interna e utilização eficiente dos espaços, permitindo o adequado atendimento da população usuária dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A futura contratação compreenderá todos os serviços necessários à execução da obra, incluindo mobilização de canteiro, serviços preliminares, fundações, estrutura, alvenarias, cobertura, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, revestimentos, esquadrias, pavimentações, pintura, equipamentos eventualmente previstos em projeto, acabamentos e demais etapas indispensáveis à entrega da edificação em plenas condições de utilização.

A solução selecionada permitirá a disponibilização de infraestrutura pública permanente, apta a atender as demandas atuais e futuras da política municipal de assistência social, contribuindo para ampliação da capacidade de atendimento, qualificação dos serviços prestados à população e fortalecimento da rede municipal de proteção social.

Considerando os estudos realizados, verifica-se que a solução proposta apresenta plena viabilidade técnica, compatibilidade com as necessidades identificadas pela Administração Municipal e adequação aos objetivos institucionais da política pública de assistência social, mostrando-se apta a produzir os resultados esperados com observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO REGIME DE EXECUÇÃO

A partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada consiste na construção de unidade própria destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul, conforme projeto arquitetônico e demais documentos técnicos elaborados para o empreendimento.

Considerando as características da solução selecionada, o estágio de desenvolvimento dos estudos técnicos e a natureza dos serviços a serem executados, verifica-se que o regime de execução por empreitada por preço global apresenta-se como o mais adequado para a futura contratação.

A obra objeto deste estudo possui escopo definido, solução construtiva previamente estabelecida, projeto elaborado, especificações técnicas conhecidas e quantitativos passíveis de adequada mensuração, circunstâncias que permitem à Administração caracterizar de forma suficiente o objeto pretendido e possibilitam aos futuros licitantes a formulação de propostas consistentes e compatíveis com as exigências da contratação.

A adoção da empreitada por preço global mostra-se especialmente recomendável quando a Administração dispõe de elementos técnicos suficientes para definição da solução a ser executada, permitindo que a execução da obra seja contratada como empreendimento único e integrado,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

abrangendo a totalidade dos serviços, materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à sua conclusão.

A contratação integral da solução contribui para maior eficiência na execução do empreendimento, reduzindo riscos decorrentes da fragmentação de responsabilidades, minimizando potenciais incompatibilidades entre etapas construtivas e favorecendo a adequada coordenação dos serviços sob responsabilidade de único contratado.

O regime também proporciona maior previsibilidade quanto aos custos da contratação, permitindo à Administração melhor planejamento da execução financeira do empreendimento e maior controle sobre a evolução da obra, sem prejuízo da fiscalização técnica permanente e dos mecanismos de acompanhamento previstos na legislação aplicável.

Sob o aspecto operacional, a adoção da empreitada por preço global favorece a racionalização da gestão contratual, simplifica os procedimentos de fiscalização e contribui para a obtenção do resultado pretendido de forma mais eficiente, especialmente em empreendimentos cujas características técnicas já se encontram suficientemente definidas pelos projetos e documentos que instruem a contratação.

A escolha do referido regime também se mostra compatível com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, segurança jurídica e obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração Pública, na medida em que permite a execução coordenada da solução selecionada, reduzindo riscos de descontinuidade, retrabalho e incompatibilidades técnicas durante a execução do objeto.

Além disso, a contratação por empreitada por preço global encontra plena consonância com os objetivos que fundamentam a presente demanda, uma vez que busca assegurar a implantação integral da infraestrutura necessária ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, equipamento público essencial para execução das ações de Proteção Social Básica desenvolvidas pelo Município.

Diante do exposto, conclui-se que o regime de empreitada por preço global constitui a forma mais adequada para execução da obra pretendida, mostrando-se compatível com a natureza do objeto, com os estudos técnicos realizados, com os projetos elaborados pela Administração Municipal e com os resultados esperados pela presente contratação, recomendando-se sua adoção no futuro procedimento licitatório.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

Os requisitos da contratação foram definidos a partir das características técnicas da solução selecionada, da natureza da obra pretendida e dos resultados que a Administração Municipal busca alcançar com a implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Tais requisitos possuem como finalidade assegurar que a futura contratação seja executada com observância dos padrões mínimos de qualidade, segurança, funcionalidade, durabilidade, eficiência e adequação técnica necessários à implantação de infraestrutura pública apta a atender, de forma satisfatória e permanente, as demandas da política municipal de assistência social.

Considerando que a solução selecionada consiste na construção de unidade própria destinada ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social, a futura contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do empreendimento, garantindo a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal e a correta aplicação dos recursos públicos.

6.1 Requisitos Técnicos

A execução da obra deverá observar integralmente os projetos técnicos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos elaborados para o empreendimento, assegurando plena compatibilidade entre a execução dos serviços e a solução definida pela Administração Municipal.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, observando-se ainda a legislação urbanística, ambiental, de acessibilidade e demais disposições legais incidentes sobre a execução do objeto.

A futura contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução da obra, providenciando as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme a natureza dos serviços executados e as exigências dos conselhos profissionais competentes.

Os sistemas construtivos, materiais e métodos executivos empregados deverão ser compatíveis com as características do projeto aprovado, observando critérios de desempenho, resistência, segurança, funcionalidade e durabilidade adequados à utilização contínua da edificação.

A solução executada deverá apresentar padrão construtivo compatível com a finalidade pública do empreendimento, assegurando condições adequadas de utilização, conservação e manutenção ao longo de sua vida útil.



6.2 Requisitos Operacionais

A futura contratada deverá possuir capacidade operacional compatível com a complexidade e o porte do empreendimento, dispondo de equipe técnica, mão de obra qualificada, equipamentos e estrutura organizacional suficientes para execução integral dos serviços contratados.

A execução deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, garantindo adequada coordenação entre as etapas construtivas e permitindo acompanhamento eficiente da evolução física e financeira do empreendimento.

Durante toda a execução contratual, a contratada deverá adotar medidas destinadas à organização do canteiro de obras, proteção das áreas de trabalho, controle dos serviços executados e manutenção das condições necessárias à segurança dos trabalhadores e terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

Também deverá assegurar condições adequadas para acompanhamento e fiscalização dos serviços pela Administração Municipal, disponibilizando informações, documentos e registros necessários ao exercício das atividades de controle contratual.

6.3 Requisitos de Qualidade e Desempenho

Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas previstas nos documentos do empreendimento e apresentar qualidade compatível com as exigências da obra, sendo vedada a utilização de materiais em desacordo com os padrões estabelecidos pela Administração Municipal ou pelas normas técnicas aplicáveis.

A execução dos serviços deverá observar boas práticas de engenharia e construção civil, garantindo adequada qualidade construtiva, compatibilidade entre os sistemas executados e atendimento aos requisitos de funcionalidade previstos para o equipamento público.

A futura contratada será responsável pela correção de eventuais falhas, defeitos ou inconformidades verificadas durante a execução da obra ou constatadas nos prazos legalmente aplicáveis, observadas as responsabilidades previstas na legislação civil, profissional e contratual.

A solução implantada deverá observar critérios de desempenho, resistência, funcionalidade e durabilidade compatíveis com a vida útil esperada da edificação, contribuindo para redução de custos futuros de manutenção e preservação do patrimônio público municipal.



Os ambientes, sistemas construtivos e materiais empregados deverão ser compatíveis com a utilização permanente do equipamento público, considerando o fluxo de usuários, a dinâmica de funcionamento dos serviços socioassistenciais e as necessidades operacionais das equipes responsáveis pelos atendimentos.

6.4 Requisitos de Sustentabilidade, Segurança e Acessibilidade

A execução da obra deverá observar integralmente as normas relativas à segurança do trabalho, prevenção de acidentes, proteção da integridade física dos trabalhadores e demais medidas exigidas pela legislação aplicável.

A contratada deverá promover destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente e adotando medidas destinadas à minimização de impactos decorrentes da atividade construtiva.

A execução do empreendimento deverá privilegiar a utilização racional dos recursos empregados na obra, observando critérios de eficiência construtiva, redução de desperdícios e adequada gestão dos insumos utilizados.

A futura edificação deverá atender integralmente às normas de acessibilidade vigentes, garantindo condições adequadas de utilização do equipamento público por todas as pessoas, inclusive usuários com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e demais públicos que demandem acessibilidade universal.

A observância dos requisitos de acessibilidade constitui elemento essencial da contratação, considerando a natureza dos serviços prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social e o dever da Administração Pública de assegurar acesso universal aos serviços públicos disponibilizados à população.

6.5 Requisitos de Habilitação da Contratada

A futura licitação deverá estabelecer critérios de habilitação compatíveis com a natureza, o porte e a complexidade do empreendimento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os requisitos de habilitação deverão ser suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional necessária à adequada execução da obra, sem impor exigências desnecessárias ou restritivas à competitividade do certame.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A qualificação técnica deverá buscar assegurar que a futura contratada possua experiência compatível com o objeto licitado, observadas as características da obra, os parâmetros técnicos do empreendimento e os limites estabelecidos pela legislação aplicável.

Os critérios específicos de habilitação serão detalhados no Termo de Referência, no edital e nos demais documentos que comporão a fase externa da contratação.

6.6 Conclusão dos Requisitos da Contratação

Os requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar guardam relação direta com a necessidade administrativa identificada, com a solução selecionada e com os resultados pretendidos pela Administração Municipal.

Sua definição busca assegurar que a futura contratação seja executada por empresa tecnicamente apta, com observância dos padrões de qualidade exigidos para o empreendimento, garantindo adequada execução da obra, proteção do interesse público, eficiência na aplicação dos recursos públicos e disponibilização de infraestrutura compatível com as necessidades da política municipal de assistência social.

Dessa forma, conclui-se que os requisitos ora estabelecidos são suficientes e adequados para orientar a futura contratação, permitindo a implantação de solução compatível com os objetivos institucionais que fundamentam a construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul.

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar do valor da contratação foi estabelecida a partir dos levantamentos técnicos promovidos pela Administração Municipal para implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando as características da solução selecionada, os projetos arquitetônicos desenvolvidos para o empreendimento, os quantitativos preliminarmente identificados e os parâmetros técnicos necessários à execução integral da obra.

Os estudos realizados nesta fase de planejamento indicam que a contratação demandará investimento estimado em **R\$ 620.384,16 (seiscentos e vinte mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos)**, valor que representa referência preliminar destinada a subsidiar a análise de viabilidade da contratação, o planejamento administrativo do empreendimento e a avaliação da compatibilidade entre a necessidade identificada e os recursos necessários à sua implementação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A estimativa contempla a execução integral da solução selecionada, abrangendo todos os serviços, materiais, equipamentos, mão de obra, encargos, mobilização, administração da obra e demais elementos indispensáveis à entrega da edificação em condições adequadas de utilização, observadas as especificações técnicas constantes dos projetos e documentos que compõem o planejamento do empreendimento.

O valor identificado nesta etapa não possui caráter definitivo, servindo como instrumento de planejamento e tomada de decisão administrativa. O orçamento detalhado da contratação será consolidado mediante análise dos documentos técnicos específicos do empreendimento, observando-se os referenciais de custos admitidos pela legislação aplicável, as metodologias de composição de preços pertinentes às obras públicas e os demais elementos necessários à adequada formação do orçamento estimado da contratação.

Sob a perspectiva da viabilidade econômico-financeira, a estimativa preliminar mostra-se compatível com o porte, a complexidade e as características da solução selecionada, revelando-se suficiente para viabilizar a implantação da infraestrutura necessária ao funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, observados os parâmetros técnicos definidos para o empreendimento.

A análise realizada demonstra que os recursos estimados guardam proporcionalidade com os resultados pretendidos pela Administração Municipal, especialmente no que se refere à disponibilização de equipamento público permanente destinado à execução da política municipal de assistência social, à melhoria das condições de atendimento da população usuária e à incorporação de bem público ao patrimônio municipal.

Além disso, a natureza permanente do investimento contribui para a geração de benefícios institucionais duradouros, reduzindo a dependência de soluções transitórias e proporcionando maior estabilidade estrutural para desenvolvimento das ações socioassistenciais ao longo do tempo.

Diante dos elementos analisados, conclui-se que a estimativa preliminar apresentada é compatível com a solução escolhida, revela-se suficiente para subsidiar o prosseguimento da fase preparatória da contratação e demonstra a viabilidade econômico-financeira da implantação do empreendimento, sem prejuízo dos detalhamentos técnicos e das validações orçamentárias que serão promovidos nas etapas subsequentes do processo administrativo.

8. BENEFÍCIOS ESPERADOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida tem por objetivo produzir benefícios institucionais, operacionais, patrimoniais e sociais diretamente relacionados à implantação da infraestrutura necessária ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul.

A disponibilização de unidade própria permitirá a adequada execução das atividades vinculadas à Proteção Social Básica, assegurando condições estruturais compatíveis com as necessidades dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pela Administração Municipal e proporcionando ambiente funcional destinado ao acolhimento, orientação, acompanhamento e atendimento da população usuária.

Sob a perspectiva operacional, a implantação da nova edificação contribuirá para melhor organização dos fluxos de trabalho, adequada distribuição dos ambientes destinados aos atendimentos técnicos e administrativos e utilização mais eficiente dos espaços necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes ao funcionamento do equipamento público.

A solução selecionada permitirá a realização de atendimentos individualizados, atividades coletivas, reuniões técnicas, ações de acompanhamento familiar e demais serviços vinculados à política municipal de assistência social em estrutura concebida especificamente para essa finalidade, favorecendo maior funcionalidade e eficiência na execução das atividades desenvolvidas pelas equipes responsáveis pelos atendimentos.

A contratação também proporcionará benefícios relevantes para a Administração Municipal ao ampliar a capacidade operacional da rede socioassistencial, aprimorar as condições de trabalho das equipes técnicas e disponibilizar infraestrutura compatível com as exigências contemporâneas de acessibilidade, segurança, funcionalidade e atendimento ao público.

Sob o aspecto da acessibilidade e inclusão, a solução possibilitará a utilização adequada do equipamento público por toda a população, observando as normas aplicáveis e assegurando condições de acesso, circulação e utilização compatíveis com as necessidades de pessoas com deficiência, pessoas idosas, indivíduos com mobilidade reduzida e demais usuários dos serviços disponibilizados pelo Município.

A implantação da unidade também proporcionará benefícios patrimoniais permanentes, mediante incorporação de nova edificação ao patrimônio público municipal, ampliando a infraestrutura disponível para execução das políticas públicas e reduzindo a dependência de soluções transitórias para atendimento das necessidades institucionais da assistência social.

A natureza permanente do investimento favorece maior estabilidade para desenvolvimento das ações socioassistenciais ao longo do tempo, permitindo que o Município disponha de estrutura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

própria adequada para execução continuada dos serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Além dos benefícios diretamente relacionados à infraestrutura física, a contratação contribuirá para o aprimoramento da capacidade institucional da Administração Municipal, fortalecendo as condições necessárias à implementação das ações de proteção social e à adequada prestação dos serviços públicos destinados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Os benefícios esperados abrangem, portanto, a disponibilização de equipamento público adequado às necessidades da política municipal de assistência social, a melhoria das condições de atendimento da população, a qualificação dos ambientes de trabalho das equipes técnicas, a ampliação da eficiência operacional da Administração Municipal e a valorização do patrimônio público destinado à consecução do interesse coletivo.

Dessa forma, conclui-se que os resultados decorrentes da contratação guardam compatibilidade com a necessidade administrativa identificada, com a solução selecionada e com os objetivos institucionais que fundamentam a presente contratação, demonstrando a relevância do empreendimento para o fortalecimento da infraestrutura pública municipal e para a adequada execução da política de assistência social no âmbito do Município de São Vicente do Sul.

9. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A execução da obra destinada à construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS envolve riscos inerentes à natureza dos empreendimentos de engenharia, os quais podem influenciar o prazo de execução, a qualidade dos serviços, a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

Considerando as características da contratação, procedeu-se à análise dos principais riscos potencialmente relacionados à execução do empreendimento, com o objetivo de identificar medidas aptas a reduzir seus impactos e contribuir para o adequado desenvolvimento da futura contratação.

Entre os riscos normalmente associados à execução de obras públicas destaca-se a possibilidade de ocorrência de atrasos na execução dos serviços em razão de fatores climáticos adversos, dificuldades de fornecimento de materiais, indisponibilidade temporária de mão de obra especializada, intercorrências operacionais ou outras circunstâncias que possam interferir no cronograma originalmente estabelecido.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

A mitigação desse risco será promovida mediante elaboração de cronograma físico-financeiro compatível com a complexidade do empreendimento, acompanhamento contínuo da execução contratual pela fiscalização designada pela Administração Municipal e adoção das medidas administrativas previstas contratualmente para correção de eventuais desvios de prazo.

Também merece atenção o risco relacionado à execução de serviços em desconformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas ou normas aplicáveis ao empreendimento.

A redução desse risco dependerá da adequada definição dos requisitos técnicos da contratação, da exigência de responsabilidade técnica formalmente constituída, da fiscalização permanente dos serviços executados e da observância dos mecanismos de controle de qualidade previstos na legislação e nos instrumentos contratuais.

Outro risco potencialmente associado ao empreendimento refere-se à utilização inadequada de materiais ou métodos construtivos incompatíveis com as especificações estabelecidas para a obra.

Tal risco será mitigado mediante definição prévia das especificações técnicas, acompanhamento da execução dos serviços pela fiscalização contratual, verificação da conformidade dos materiais empregados e exigência de observância das normas técnicas aplicáveis durante toda a execução do empreendimento.

Também podem ocorrer situações relacionadas ao descumprimento de obrigações contratuais pela futura contratada, incluindo atrasos injustificados, paralisação dos serviços, insuficiência de recursos operacionais ou falhas na execução das atividades previstas.

A Administração Municipal poderá reduzir os impactos decorrentes dessas situações por meio da adequada seleção do contratado, definição clara das obrigações contratuais, acompanhamento sistemático da execução e aplicação dos instrumentos de gestão e fiscalização previstos na legislação vigente.

Sob a perspectiva administrativa, identifica-se ainda a necessidade de compatibilização entre a execução física da obra e a disponibilidade dos recursos necessários ao seu desenvolvimento, exigindo adequado planejamento financeiro e acompanhamento da evolução do empreendimento ao longo da execução contratual.

Importa destacar que os riscos identificados não comprometem a viabilidade da contratação nem afastam a adequação da solução selecionada, constituindo eventos normalmente associados à



execução de obras públicas e passíveis de gerenciamento mediante planejamento adequado, fiscalização eficiente e observância das disposições técnicas e contratuais aplicáveis.

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos identificados apresentam grau de controle compatível com a natureza da contratação e podem ser adequadamente mitigados pelos mecanismos ordinários de gestão contratual disponíveis à Administração Municipal, não existindo elementos que inviabilizem a implementação da solução escolhida ou comprometam a obtenção dos resultados pretendidos.

10. CONCLUSÃO QUANTO À VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão administrativa acerca da implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul, observando os elementos inerentes à fase preparatória das contratações públicas e os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram identificar de forma objetiva a necessidade administrativa relacionada à disponibilização de infraestrutura adequada para execução das ações vinculadas à Proteção Social Básica, evidenciando a relevância da implantação de unidade própria destinada ao atendimento da população usuária dos serviços socioassistenciais e ao desenvolvimento das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A avaliação das alternativas potencialmente aptas a atender a necessidade identificada demonstrou que a construção de nova unidade constitui a solução que melhor atende às demandas institucionais do Município, revelando-se superior sob os aspectos da adequação técnica, funcionalidade, eficiência operacional, durabilidade do investimento, autonomia administrativa e capacidade de atendimento das necessidades atuais e futuras da política pública de assistência social.

A solução selecionada decorre de análise comparativa das alternativas consideradas neste estudo, mostrando-se a opção que melhor concilia os objetivos institucionais da Administração Municipal com a adequada aplicação dos recursos públicos, observadas as características do serviço a ser prestado e os resultados pretendidos pela contratação.

Verificou-se, ainda, que a implantação da nova unidade encontra respaldo nos projetos técnicos elaborados para o empreendimento e apresenta compatibilidade com as exigências operacionais dos serviços socioassistenciais, permitindo adequada organização dos ambientes,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

observância das normas de acessibilidade, segurança e funcionalidade, bem como condições apropriadas para acolhimento da população e desenvolvimento das atividades técnicas inerentes ao funcionamento do equipamento público.

Os requisitos definidos para a futura contratação mostram-se suficientes e adequados para assegurar a correta execução do empreendimento, permitindo que a Administração Municipal selecione empresa com capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com a natureza da obra e com os padrões de qualidade exigidos para sua implementação.

A estimativa preliminar de custos elaborada nesta fase demonstra compatibilidade entre o investimento necessário à implantação da solução e os benefícios esperados da contratação, evidenciando a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e a proporcionalidade entre os recursos públicos a serem empregados e os resultados pretendidos pela Administração.

A análise dos riscos inerentes à contratação permitiu concluir que os eventos potencialmente capazes de impactar a execução da obra apresentam grau de previsibilidade e controle compatível com a natureza do empreendimento, podendo ser adequadamente mitigados por meio dos mecanismos ordinários de planejamento, fiscalização e gestão contratual previstos na legislação aplicável.

Os benefícios identificados ao longo deste estudo evidenciam que a contratação contribuirá para a qualificação da infraestrutura pública municipal destinada à assistência social, para a melhoria das condições de atendimento da população usuária, para o aprimoramento da capacidade operacional da rede socioassistencial e para a disponibilização de ambiente adequado ao desenvolvimento das ações de proteção social executadas pelo Município.

A implantação da nova unidade representa, ainda, investimento público de caráter permanente, apto a gerar benefícios institucionais duradouros, fortalecer a capacidade estatal de prestação de serviços públicos e contribuir para a consolidação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das políticas públicas de assistência social em âmbito municipal.

A solução proposta também assegura a disponibilização de espaços compatíveis com os requisitos contemporâneos de acessibilidade, inclusão, segurança, funcionalidade e eficiência, permitindo que o equipamento público atenda adequadamente às necessidades da população e às exigências inerentes à prestação dos serviços socioassistenciais.

Diante do conjunto de elementos técnicos, administrativos e econômicos analisados, conclui-se que a contratação pretendida apresenta plena viabilidade, mostrando-se compatível com as



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CIDADANIA E HABITAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS
CONSTRUINDO SONHOS

necessidades identificadas pela Administração Municipal, com os objetivos institucionais da política pública de assistência social e com os princípios que regem as contratações públicas.

Por todo o exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de São Vicente do Sul, recomendando-se o prosseguimento da fase preparatória mediante elaboração do Termo de Referência, consolidação dos documentos técnicos complementares e adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório correspondente.

A contratação proposta revela-se adequada ao atendimento do interesse público, compatível com o planejamento administrativo municipal e apta a proporcionar resultados efetivos para a coletividade, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura pública destinada à assistência social e para a qualificação dos serviços prestados à população do Município de São Vicente do Sul.

São Vicente do Sul, 10 de junho de 2026.

Seres Helena Martins
Coordenadora do CRAS/ SVS

Rosmarí Mossi Bissaco
Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social